



PLMJ
Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

DESTAQUES DE 10 A 14 DE JUNHO

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 150/XII](#)

Regula a reposição, em 2013, do subsídio de férias para os trabalhadores públicos, aposentados, reformados e demais pensionistas

[Decreto da Assembleia 149/XII](#)

Quinta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade)

[Decreto da Assembleia 148/XII](#)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de Julho, permitindo o reembolso do valor de planos poupança para pagamento de contratos de crédito à habitação

[Decreto da Assembleia 146/XII](#)

Procede à sexta alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros

[Decreto da Assembleia 145/XII](#)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de Maio, que define o regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações electrónicas

[Decreto da Assembleia 143/XII](#)

Procede à oitava alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Electrónicas), alterando as regras do barramento selectivo de comunicações relativo a serviços de valor acrescentado baseados no envio de mensagem e serviço de audiotexto

ACESSO INICIATIVA PRIVADA A ACTIVIDADES ECONÓMICAS – ÁGUAS E RESÍDUOS SÓLIDOS

[Lei n.º 35/2013. D.R. n.º 111, Série I de 2013-06-11](#)

Assembleia da República

Procede à segunda alteração à [Lei n.º 88-A/97](#), de 25 de Julho, que regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas actividades económicas

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Despacho n.º 7455/2013. D.R. n.º 111, Série II de 2013-06-11](#)

Ministério das Finanças - Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública

Envio de Regulamento de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Selecção dos Cargos de Direcção Superior na Administração Pública

[Despacho n.º 7532/2013. D.R. n.º 112, Série II de 2013-06-12](#)

Ministério das Finanças - Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública

Regulamento interno da Comissão de Recrutamento e Selecção da Administração Pública

[Despacho n.º 7533/2013. D.R. n.º 112, Série II de 2013-06-12](#)

Ministério das Finanças - Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública

Regulamento de Tramitação de Procedimentos de Avaliação Curricular e Parecer sobre Adequação do Perfil do Cargo de Gestor Público

DEFESA NACIONAL

[Despacho n.º 7527-A/2013. D.R. n.º 111, Suplemento, Série II de 2013-06-11](#)

Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro

Directiva Ministerial para a reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas

DIREITO PÚBLICO - AEROPORTUÁRIO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2013. D.R. n.º 113, Série I de 2013-06-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza a celebração de um Acordo Quadro entre o Estado Português e a Região Autónoma da Madeira, conducente à integração dos aeroportos situados na Região Autónoma da Madeira na rede aeroportuária nacional

ENERGIA

[Despacho n.º 7728-A/2013. D.R. n.º 113, Suplemento, Série II de 2013-06-14](#)

Ministério da Economia e do Emprego - Gabinete do Ministro

Programa de Eficiência Energética na Administração Pública - ECO.AP («Programa ECO.AP»)

EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELECTRÓNICOS

[Decreto-Lei n.º 79/2013. D.R. n.º 111, Série I de 2013-06-11](#)

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos eléctricos e electrónicos (EEE), transpondo a Directiva n.º [2011/65/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho de 2011

FINANCEIRO

[Decreto-Lei n.º 80/2013. D.R. n.º 112, Série I de 2013-06-12](#)

Ministério das Finanças

Aprova o processo de alienação, directa ou indirecta, do capital social das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros de Saúde, S.A. e Cares - Companhia de Seguros, S.A.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2013. D.R. n.º 113, Série I de 2013-06-14](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece um novo modelo institucional de governação dos fundos europeus

BANCO DE PORTUGAL

[12/2013](#) - Determina que as informações a prestar pelas Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras aos consumidores, deverão ser feitas através da Ficha sobre Informação Normalizada Europeia em Matéria de Crédito aos Consumidores, cujos modelos anexa. Revoga a Instrução n.º 8/2009, publicada no BO n.º 7, de 15-7-2009.

[13/2013](#) - Sistematiza as regras de cálculo da Taxa Anual de Encargos Efectiva Global (TAEG), em conformidade com os princípios gerais, pressupostos e fórmula de cálculo que se encontram definidos no DL n.º 133/2009, de 2-6. Revoga a Instrução n.º 11/2009, publicada no BO n.º 9, de 15-9-2009.

[14/2013](#) - Determina os elementos de informação a prestar ao Banco de Portugal relativamente aos contratos de crédito aos consumidores abrangidos pelo âmbito de aplicação do DL n.º 133/2009, de 2-6, com excepção das ultrapassagens de crédito. Revoga a Instrução n.º 12/2009, publicada no BO n.º 9, de 15-9-2009.

[15/2013](#) - Divulga, para o 3.º trimestre de 2013, as taxas máximas a praticar nos contratos de crédito aos consumidores, celebrados no âmbito do DL n.º 133/2009, de 2-6.

[16/2013](#) - Altera a Instrução n.º 10/2007, publicada no BO n.º 5, de 15-05-2007, relativa às Agências de Notação Externa.

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Instrução da CMVM n.º 2/2013 - Carteira e Actividade de Fundos e Sociedades de Capital de Risco](#)

[ESMA Divulga Relatório Final sobre Linhas de Orientação relativas a Práticas e Políticas Remuneratórias](#)

FISCAL

[Lei n.º 37/2013. D.R. n.º 113, Série I de 2013-06-14](#)

Assembleia da República

Procede à sétima alteração à lei de enquadramento orçamental, aprovada pela [Lei n.º 91/2001](#), de 20 de Agosto, e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [2011/85/UE](#), do Conselho, de 8 de Novembro, que estabelece requisitos aplicáveis aos quadros orçamentais dos Estados membros

PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – ADOPÇÃO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2013. D.R. n.º 111, Série I de 2013-06-11](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina a abertura do debate tendente à revisão do sistema de protecção de crianças e jovens em perigo e do regime jurídico da adopção

SAÚDE

[Decreto Regulamentar n.º 4/2013. D.R. n.º 111, Série I de 2013-06-11](#)

Ministério da Saúde

Procede à segunda alteração ao [Decreto Regulamentar n.º 5/2008](#), de 11 de Fevereiro, reforçando os requisitos de exercício do cargo de direcção dos centros de procriação medicamente assistida

[Lei n.º 36/2013. D.R. n.º 112, Série I de 2013-06-12](#)

Assembleia da República

Aprova o regime de garantia de qualidade e segurança dos órgãos de origem humana destinados a transplantação no corpo humano, de forma a assegurar um elevado nível de protecção da saúde humana, transpondo a Directiva n.º [2010/53/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Julho, relativa a normas de qualidade e segurança dos órgãos humanos destinados a transplantação

[Despacho n.º 7527-B/2013. D.R. n.º 111, 3.º Suplemento, Série II de 2013-06-11](#)

Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Estabelece disposições complementares relativamente à divulgação dos resultados da comparação de preços dos medicamentos abrangidos pelo disposto no Decreto-Lei n.º 195/2006, de 3 de Outubro, conforme o Despacho n.º 4927-A/2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 70, de 10 de Abril, bem como ao referencial em procedimentos de contratação pública para efeitos de aquisição do medicamento por parte dos hospitais do SNS

TRABALHO E EMPREGO

[Resolução da Assembleia da República n.º 79/2013. D.R. n.º 112, Série I de 2013-06-12](#)

Assembleia da República

Adopção pela Assembleia da República das iniciativas europeias consideradas prioritárias para efeito de escrutínio, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2013



LUÍSA CORREIA PEREIRA (detalhe)

S/título, 1998
Acrílico s/tela
81 x 70 cm

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

[Regulamento de Execução \(UE\) n.º 530/2013 da Comissão, de 10 de Junho de 2013](#), que altera o Regulamento (CEE) n.º 2454/93 que fixa determinadas disposições de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 2913/92 do Conselho, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário

[Regulamento \(UE\) n.º 543/2013 da Comissão, de 14 de Junho de 2013](#), sobre a apresentação e a publicação de dados dos mercados da electricidade e que altera o anexo I do Regulamento (CE) n.º 714/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho

[Decisão do Órgão de Fiscalização da EFTA n.º 12/12/COL](#), de 25 de Janeiro de 2012, que altera, pela octogésima quarta vez, as regras processuais e materiais no domínio dos auxílios estatais mediante a introdução de novos capítulos relativos à aplicação das regras em matéria de auxílios estatais à compensação concedida pela prestação de serviços de interesse económico geral e ao Enquadramento dos auxílios estatais sob a forma de compensação de serviço público

[Decisão do Conselho, de 10 de Junho de 2013](#), que estabelece a posição da União Europeia no Conselho TRIPS da Organização Mundial do Comércio sobre o pedido de prorrogação do período de transição ao abrigo do artigo 66.º, n.º 1, do Acordo TRIPS para os países menos desenvolvidos membros

COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES

[Parecer do Banco Central Europeu, de 17 de Maio de 2013](#), sobre uma proposta de directiva relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo e sobre uma proposta de regulamento sobre as informações que acompanham as transferências de fundos

[Recomendação do Comité Europeu do Risco Sistémico](#), de 4 de Abril de 2013, relativa a objectivos intermédios e instrumentos de política macroprudencial

Posição (UE) n.º 4/2013 do Conselho em primeira leitura tendo em vista a adopção do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à intervenção das autoridades aduaneiras para assegurar o cumprimento da legislação sobre os direitos de propriedade intelectual e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1383/2003 do Conselho

[Adoptada pelo Conselho em 16 de Maio de 2013](#)

Posição (UE) n.º 4/2013 do Conselho em primeira leitura tendo em vista a adopção do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à intervenção das autoridades aduaneiras para assegurar o cumprimento da legislação sobre os direitos de propriedade intelectual e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1383/2003 do Conselho

[Adoptada pelo Conselho em 16 de Maio de 2013](#)

COMISSÃO

[Fim à evasão fiscal](#)

De acordo com uma proposta recente, o âmbito de aplicação da legislação europeia em matéria de troca obrigatória de informações financeiras seria alargado no sentido de passar a abranger todos os tipos de rendimento.

[Testes de resistência nuclear na UE: Avaliações juridicamente vinculativas de seis em seis anos](#)

[Quadro de indicadores da UE: classificação dos progressos anuais no domínio das tecnologias digitais](#)

[Comissão apresenta plano de acção para o sector siderúrgico](#)

[Comissão recomenda aos Estados-Membros que criem mecanismos de acção colectiva para garantir um acesso efectivo à justiça](#)

[Céu Único: Comissão avança com medidas para combater o congestionamento no espaço aéreo europeu](#)



SOFIA AREAL (detalhe)
S/ título, 1998
Óleo s/tela
90 x 200 cm

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 13 DE JUNHO DE 2013

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Decreto-lei sobre o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação (REH) e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços (RECS), transpondo uma directiva comunitária relativa ao desempenho energético dos edifícios.
- Proposta de lei relativa aos requisitos de acesso e de exercício da actividade do perito qualificado para a certificação energética, bem como do técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas, conformando-o com a transposição de uma directiva comunitária sobre o reconhecimento de qualidades profissionais.
- Diploma que actualiza os valores das contribuições dos beneficiários titulares de ADSE, ADM (Assistência na Doença a Militares) e SAD (Divisão de Assistência na Doença - pessoal policial e militar da PSP e GNR).
- Diploma que define o estatuto das organizações não governamentais das pessoas com deficiência, bem como os apoios a conceder pelo Estado a tais organizações.
- Onze minutas de contratos de investimento, nos quais são fixados os objectivos dos investimentos e as metas a cumprir pelos respectivos promotores.
- Deliberar marcar a data das eleições autárquicas para o dia 29 de Setembro.

(...)

OUTRAS NOTÍCIAS

[Acordo luso-brasileiro para equivalência e reconhecimento dos diplomas de arquitectura e engenharias](#)

[Governo cria enquadramento jurídico para facilitar licenciamentos aos prestadores de saúde](#)

[Publicados documentos do 7.º exame do programa de assistência](#)

[Negociações sobre contratos de derivados de taxa de juro](#)

A presente Newsletter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newsletter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.

